



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, dezembro/2003

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Caçado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco 'P', 2^o andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 11, nov. 2003. 33 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central apresentou superávit primário de R\$ 2,3 bilhões em novembro, contra R\$ 4,6 bilhões obtidos no mês anterior. O Tesouro contribuiu para o resultado do mês com superávit de R\$ 5,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 3,1 bilhões e R\$ 26,7 milhões, respectivamente. A redução no resultado do mês deve-se principalmente à menor arrecadação de cota-parte de compensações financeiras, em função da sazonalidade do tributo, e ao pagamento do 13º salário aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e aos aposentados e pensionistas do RGPS que recebem no primeiro dia útil de dezembro.

O superávit primário do Governo Central atingiu 3,19% do PIB até novembro de 2003, contra 2,86% em igual período do ano anterior. A melhora no resultado até novembro ocorreu apesar da redução em pouco menos de um ponto percentual na "carga tributária".

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	OUT 2003	NOV 2003	JAN-NOV	
			2002	2003
I. RECEITA TOTAL	31.761,0	29.882,9	287.905,1	320.867,6
I.1. Receitas do Tesouro	24.795,5	23.314,5	226.950,7	252.435,0
I.1.1 Receita Bruta	26.563,0	25.576,5	234.545,6	262.723,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.767,5	-2.262,1	-7.345,6	-10.288,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-249,3	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	6.965,5	6.568,5	60.954,3	68.432,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.429,0	5.391,2	51.397,5	55.292,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	27.332,0	24.491,8	236.507,5	265.574,8
IV. DESPESA TOTAL	22.754,8	22.148,6	200.960,7	220.011,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.928,4	6.503,5	64.515,3	68.970,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.867,4	9.683,1	74.955,8	89.645,6
IV.3. Custeio e Capital	7.912,7	5.925,6	61.489,5	60.927,0
IV.3.1. Despesas do FAT	1.416,5	486,0	7.194,9	7.819,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	1.093,2	252,3	2.138,8	3.345,3
IV.3.3. Outras Despesas	5.403,0	5.187,3	52.155,8	49.762,1
IV.4. Transferência ao Banco Central	46,2	36,4	0,0	468,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	4.577,3	2.343,2	35.546,9	45.563,4
V.1. Tesouro Nacional	6.479,2	5.457,8	49.548,4	66.776,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.901,9	-3.114,6	-14.001,5	-21.213,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-13,4	-26,7	-635,5	-219,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	4.563,9	2.316,5	34.911,4	45.344,4
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,86%	3,19%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

**PRINCIPAIS VARIÁÇÕES
ACUMULADO: NOV2003/NOV2002**

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	11,4%
Tesouro	11,2%
Previdência	12,3%
Transferências	7,6%
Receita Líquida	12,3%
Despesas	9,5%
Benefícios	19,6%
Pessoal	6,9%
Custeio e Capital	-0,9%

No ano, o superávit do Governo Central atinge R\$ 45,3 bilhões, valor equivalente a 3,19% do PIB estimado para o período. O resultado do Tesouro Nacional foi R\$ 17,2 bilhões (34,8%) maior que o obtido no mesmo período de 2002, atingindo R\$ 66,8 bilhões ou aproximadamente 4,70% do PIB. Por outro lado, o déficit da Previdência Social aumentou R\$ 7,2 bilhões (51,5%), totalizando R\$ 21,2 bilhões ou aproximadamente 1,49% do PIB. O Banco

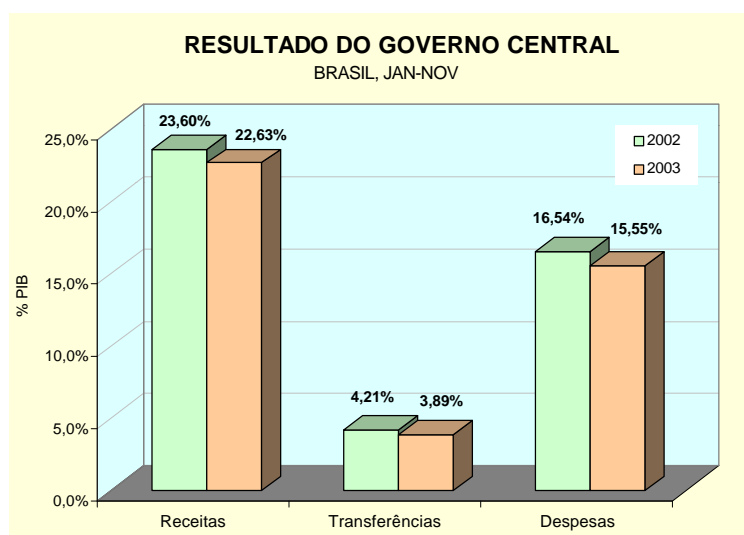
**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-NOV (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Tesouro Nacional	4,06%	4,70%
Previdência Social	-1,15%	-1,49%
Banco Central	-0,05%	-0,02%
Governo Central	2,86%	3,19%

Central, por sua vez, reduziu o déficit das suas operações primárias, de R\$ 635,5 milhões, até novembro de 2002, para R\$ 219,0 milhões, este ano.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-NOV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receita Total	23,60%	22,63%
Transferências	4,21%	3,89%
Receita Líquida	19,39%	18,74%
Despesa Total	16,54%	15,55%
Resultado Primário	2,86%	3,19%

As receitas do Governo Central cresceram R\$ 33,0 bilhões (11,4%), atingindo o montante de R\$ 320,9 bilhões. As transferências a estados e municípios aumentaram R\$ 3,9 bilhões (7,6%), totalizando R\$ 55,3 bilhões. As despesas, por sua vez, cresceram R\$ 19,1 bilhões (9,5%), somando R\$ 220,0 bilhões. Em relação ao PIB, no entanto, houve redução da participação do Governo Central na economia: as receitas caíram 0,97 ponto percentual, as transferências 0,32 ponto percentual e as despesas 0,98 ponto percentual, resultando assim em incremento do resultado primário da ordem de aproximadamente 0,33 ponto percentual no período.



RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receitas do Tesouro (*)	18,6%	17,8%
Transferências	4,2%	3,9%
Despesas do Tesouro	10,3%	9,2%
Resultado Primário	4,1%	4,7%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

As receitas do Tesouro Nacional (líquidas de restituições e incentivos fiscais) cresceram R\$ 25,5 bilhões (11,2%) até novembro, espelhando parte do crescimento nominal do PIB e o efeito da depreciação do câmbio sobre o Imposto de Renda e a cota-parte de compensações financeiras (*royalties*). Em relação ao PIB, no entanto, a participação das receitas do Tesouro sofreu redução de 0,82 ponto percentual. Essa queda pode ser explicada, em boa medida, pelas receitas atípicas de 2002, sem correspondência este ano: de janeiro a novembro de 2002, o Tesouro conseguiu arrecadar cerca de R\$ 18,1 bilhões em receitas extraordinárias; no mesmo período deste ano, as receitas atípicas somaram apenas R\$ 6,0 bilhões.

Ademais, outros fatores afetaram negativamente o nível de arrecadação do Tesouro Nacional em 2003, tais como: i) decisões judiciais desfavoráveis à Receita Federal relacionadas à Contribuição por Intervenção no Domínio

Econômico (CIDE) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); ii) reestruturação de alíquotas do Imposto de Importação (II) e do IPI, este com redução em setores importantes como produtos químicos, metalurgia básica e automóveis; e iii) menor dinamismo da atividade industrial, especialmente no primeiro semestre. Vale lembrar que, por força da persistência até agora de tributos em cascata, o setor industrial é mais tributado que os demais setores que apresentaram desempenho bem mais favorável ao longo do ano.

As transferências a estados e municípios foram caíram 0,34 ponto percentual do PIB, reflexo da redução das receitas partilhadas este ano *vis-à-vis* o ano passado. Conforme já descrito, as principais receitas partilhadas (IR e IPI) não repetiram o mesmo comportamento do ano anterior. No entanto, houve aumento das transferências de *royalties*, em função da arrecadação da cota-parte de compensações financeiras.

Os gastos com pessoal e encargos sociais ficaram R\$ 4,5 bilhões (6,9%) acima do realizado no ano anterior, em decorrência do crescimento vegetativo da folha salarial e da reestruturação, ao longo do segundo semestre de 2002, de carreiras estratégicas do funcionalismo. Também contribuíram para a dinâmica desses gastos a revisão geral de 1,0% na remuneração e subsídios dos servidores, bem como a concessão de vantagem pecuniária individual no valor de R\$ 59,87 por mês. Ainda assim, como proporção do PIB, houve redução em 0,43 ponto percentual nessas despesas.

As despesas com custeio e capital, por sua vez, apresentaram redução de R\$ 562,5 milhões (0,9%) em termos nominais, diminuindo sua participação em relação ao PIB em 0,75 ponto percentual. Em percentual do PIB, mantiveram-se praticamente constantes as despesas com abono e seguro-desemprego do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e cresceram os subsídios e subvenções econômicas. Por outro lado, houve redução nas despesas com custeio e capital dos órgãos da administração pública, apesar dos Ministérios diretamente ligados a ações sociais, tais como Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social, estarem utilizando a quase totalidade dos seus limites de gastos estabelecidos na programação financeira.

Por fim, o déficit da Previdência Social atingiu R\$ 21,2 bilhões no ano, R\$ 7,2 bilhões (51,5%) superior ao realizado até novembro de 2002. Em percentual do PIB, esse resultado passou de 1,15% para 1,49%. O ritmo de crescimento do déficit previdenciário é consequência do maior dinamismo dos gastos com benefícios (cresceram 19,6% no ano), impulsionados pelos reajustes do salário-mínimo e dos demais benefícios acima do mínimo, bem como pela ampliação do contingente de beneficiários, em relação à arrecadação observada nas contribuições previdenciárias (crescimento de apenas 12,3 % no ano).

A redução na receita este ano decorreu, fundamentalmente, do menor volume de ingressos atípicos, das contestações judiciais, da retração da produção industrial e da redução das alíquotas do IPI e do II.

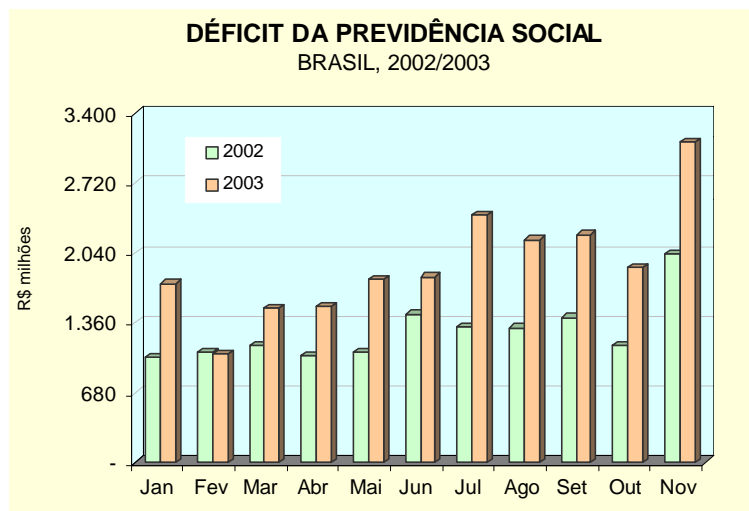
Os gastos com pessoal e encargos sociais caíram em relação ao PIB, apesar do crescimento vegetativo da folha, revisão de 1% e abono salarial para todos os funcionários, e reestruturação de carreiras.

As despesas com Custeio e Capital mantêm a trajetória de redução em 2003, tendo apresentado queda de 0,75 ponto percentual do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-NOV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Contribuição	61,0	68,4	12,3%
Benefícios	75,0	89,6	19,6%
Resultado Primário	-14,0	-21,2	51,5%

No mês, o aumento do déficit previdenciário está relacionado ao pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas que recebem no início de dezembro e cujo impacto no resultado ocorre ao final de novembro.

O aumento do déficit da Previdência Social reflete, entre outros fatores, o aumento de R\$ 14,7 bilhões na despesa com benefícios, que passou de 6,14% do PIB, até novembro de 2002, para 6,31% do PIB no mesmo período de 2003.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em novembro de 2003, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 25,5 bilhões, representando queda de R\$ 1,0 bilhão em relação a outubro. A redução observada explica-se por eventos sazonais. O primeiro deles refere-se à arrecadação em outubro da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL relativa à declaração trimestral do período encerrado em setembro.

Em novembro, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 25,5 bilhões.

Além disso, nas demais receitas do Tesouro Nacional, também houve queda de R\$ 1,2 bilhão na arrecadação da Cota Parte de Compensações Financeiras devido, em grande medida, ao recolhimento em outubro do pagamento trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional, no período de janeiro a novembro de 2003, totalizou R\$ 262,7 bilhões, equivalente a 18,5% do PIB, contra 19,2% do PIB em igual período do ano anterior, quando perfaz R\$ 234,5 bilhões. Nas receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, a redução comparada ao PIB decorreu, em boa medida, do maior volume de arrecadação atípica verificada em 2002, como as decorrentes das Medidas Provisórias nº 2.222 (R\$ 7,7 bilhões) e nº 38 (R\$ 2,2 bilhões) expedidas em 04/09/2001 e 14/05/2002, com prazos estendidos pelas Medidas Provisórias nº 66 (R\$ 3,5 bilhões) e nº 75 (R\$ 1,3 bilhão), de 29/08/2002 e 24/10/2002, que permitiram o

pagamento de tributos passados, além do pagamento de IRPJ pelos fundos de pensão na primeira metade do ano.

A arrecadação extra observada em 2003 concentrou-se no IRPJ e na CSLL de entidades estatais em função da maior lucratividade de alguns setores (R\$ 2,2 bilhões), também apresentaram incremento as receitas de IRRF sobre rendimentos de capital (R\$ 2,9 bilhões), em virtude, principalmente da elevada arrecadação de fundos de renda fixa.

Por outro lado, as receitas do IPI diminuíram de 1,5% para 1,2% do PIB, em função de decisões judiciais favoráveis a contribuintes e da redução de alíquotas em produtos químicos, metalurgia básica e automóveis.

As receitas de contribuições totalizaram 8,5% do PIB, ficando 0,1 ponto percentual inferior ao registrado em igual período de 2002. Essa redução está associada à menor arrecadação da CIDE-Combustíveis, em virtude de decisões judiciais favoráveis a contribuintes, não obstante a arrecadação referir-se a onze meses de fatos geradores ao invés de dez meses em 2002.

As demais receitas do Tesouro atingiram R\$ 28,0 bilhões (2,0% do PIB) até novembro deste ano, contra R\$ 23,1 bilhões (1,9% PIB) no ano anterior. Parte desse aumento decorreu da arrecadação da Cota Parte de Compensações Financeiras que passou de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 10,4 bilhões, resultado da alta do preço internacional do petróleo e do câmbio, bem como do aumento da produção petrolífera nacional. Esse crescimento mais que compensou a queda de R\$ 1,2 bilhão verificada nas receitas com concessões, que em 2002 refletiram arrecadação decorrente dos leilões das bandas “D” e “E”. Os dividendos pagos à União totalizaram R\$ 3,7 bilhões de janeiro a novembro de 2003, contra R\$ 2,3 bilhões em igual período de 2002.

Em novembro, as transferências a Estados e Municípios atingiram R\$ 5,4 bilhões, contra R\$ 4,4 bilhões em outubro. A diferença é explicada pelo pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à declaração trimestral do período encerrado em setembro – cuja transferência deu-se, conforme prevê a legislação, no primeiro decêndio de novembro – e pela maior arrecadação da Cota Parte de Compensações Financeiras, em virtude do já comentado recolhimento trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Até novembro, as transferências a Estados e Municípios perfizeram R\$ 55,3 bilhões (3,89% do PIB), contra R\$ 51,4 bilhões (4,21% do PIB) em igual período de 2002. Assim, não obstante as transferências, em termos

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Impostos	8,7%	8,0%
Imposto de Renda	6,4%	5,9%
IPI	1,5%	1,2%
Outros	0,9%	0,8%
Contribuições	8,6%	8,5%
Cofins	3,9%	3,8%
CPMF	1,5%	1,5%
CSLL	1,0%	1,1%
Cide - Combustíveis	0,5%	0,5%
Outras	1,6%	1,7%
Demais	1,9%	2,0%
Dividendos da União	0,2%	0,3%
Concessões	0,1%	0,0%
Outras	1,6%	1,7%
Total Bruto	19,2%	18,5%

Transferências a Estados e Municípios

DISCRIMINAÇÃO	OUT	NOV
Constitucionais	3.522,1	3.909,3
Desoneração do ICMS	265,9	265,9
Demais	641,0	1.215,9
Total	4.429,0	5.391,2

nominais, terem apresentado incremento de R\$ 3,9 bilhões, em relação ao PIB, observa-se retração de 0,32 ponto percentual do PIB, decorrente do menor volume de receitas extraordinárias referentes ao IRPJ este ano e da diminuição na arrecadação do IPI.

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN-NOV (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	3,34%	2,97%
Desoneração do ICMS	0,30%	0,26%
Demais	0,57%	0,67%
Total	4,21%	3,89%

Enquanto as transferências referentes à desoneração do ICMS sobre as exportações reduziram-se de 0,30% do PIB para 0,26%, as demais transferências a Estados e Municípios mais que compensaram esta queda, aumentando de 0,57% para 0,67% do PIB, em razão, principalmente, do incremento verificado em 2003 dos repasses dos *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas de novembro foram afetadas pelo pagamento do 13º salário dos servidores do Legislativo e Judiciário e pela atipicidade dos gastos com abono e seguro desemprego.

As despesas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 12,5 bilhões em novembro, apresentando redução de R\$ 1,4 bilhão (10,2%) em relação ao mês de outubro. Essa queda está concentrada nas despesas relativas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (R\$ 930,5 milhões) e nos gastos com subsídios e subvenções econômicas (R\$ 841,0 milhões). Por outro lado, verificou-se incremento de R\$ 575,0 milhões (9,7%) na rubrica “pessoal e encargos sociais” decorrente, em boa medida, do pagamento da Gratificação Natalina (13º salário) dos servidores de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do FAT atingiram R\$ 486,0 milhões, frente a R\$ 1,4 bilhão em outubro, mês em que se verificou concentração de repasses de recursos. Esse comportamento tem refletido a característica atípica desses gastos observada ao longo do tempo.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas passaram de R\$ 1,0 bilhão, em outubro, para R\$ 163,1 milhões, em novembro. Tal redução está associada, principalmente, à apropriação, no mês de outubro, da parcela relativa a securitização agrícola no montante de R\$ 428,4 milhões, com base nas Leis nº 9.138/1995, nº 9.866/1999, nº 10.437/2002 e nº 10.696/2003, sem contrapartida em novembro. No que se refere aos subsídios à agricultura no âmbito do Programa de Operações Oficiais de Crédito (POOC), verificou-se, no mês, a redução de R\$ 167,6 milhões nas despesas ao amparo do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), em função de receitas líquidas de produtos agrícolas em novembro de R\$ 2,1 milhões, ante despesa de R\$ 165,5 milhões no mês anterior.

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2003 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	OUT	NOV
Pessoal e Encargos	5.928,4	6.503,5
Custeio e Capital	7.912,7	5.925,6
Despesas do FAT	1.416,5	486,0
Subsídios e Subvenções	1.093,2	252,3
Outras	5.403,0	5.187,3
Transferência ao Bacen	46,2	36,4

**Boxe 1 – Decreto de Programação Orçamentária e Financeira
(Decreto nº 4.913/2003)**

Com a publicação do Decreto nº 4.913, de 11/12/2003, o Governo federal ampliou em R\$ 452,0 os limites de movimentação e empenho e em R\$ 657,8 milhões os limites de pagamento estabelecidos pelo Decreto nº 4.847, de 25/09/2003. Desse montante, R\$ 603,6 milhões foram liberados ao Poder Executivo e R\$ 54,2 milhões aos demais Poderes e Ministério Público da União (MPU). Tal decisão tornou-se possível devido à nova estimativa de receitas que indicou a elevação anual na receita líquida de transferência no montante de R\$ 532,6 milhões. Dentre esses fatores, destacam-se o acréscimo no Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e Imposto de Renda Retido na Fonte – Remessas ao Exterior e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas. O Decreto nº 4.913/2003 também alterou a data limite para empenho de dotações orçamentárias para até 15 de dezembro de 2003.

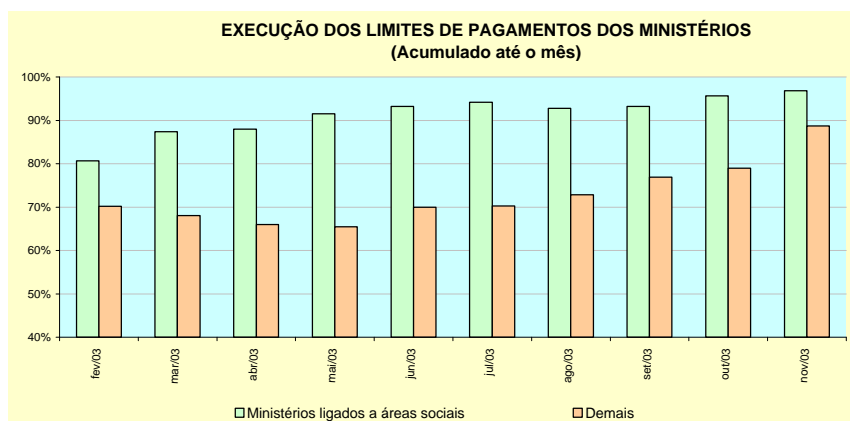
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2003 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT	NOV
	2003	2003
Agricultura	429,8	118,3
Custeio Agropecuário	0,0	66,1
Investimento Rural	131,3	13,4
Preços Agrícolas	166,0	8,0
- EGF	0,0	10,1
- AGF	165,5	-2,1
- Sustentação de preços	0,5	0,0
Pronaf	132,5	30,7
Outros	580,5	44,8
Exportação (Proex)	152,1	44,8
Habituação (PSH)	0,0	0,0
Securitização Lei 9.138/95	428,4	0,0
Total	1.010,3	163,1

Até novembro de 2003, as despesas do Tesouro Nacional atingiram 9,17% do PIB, apresentando queda de 1,14 ponto percentual em relação às verificadas em igual período de 2002. A rubrica “Pessoal e Encargos Sociais” apresentou redução de 0,43 ponto percentual do PIB ao passo que os gastos com custeio e capital registraram queda correspondente a 0,75 ponto percentual, concentrando-se na rubrica “Outras Despesas de Custeio e Capital”.

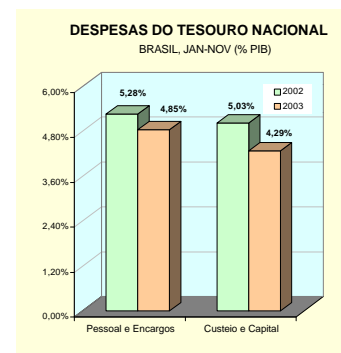
**Despesas do
Tesouro em relação
ao ano anterior**

Em termos nominais, o acréscimo na folha do funcionalismo foi de R\$ 4,5 bilhões (6,9%), relativamente a 2002, reflexo do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de carreiras estratégicas do funcionalismo ao longo do segundo semestre de 2002, da incorporação do aumento linear de 1,0% aos servidores públicos federais, bem como da vantagem pecuniária de R\$ 59,87; estes dois últimos fatores com efeitos financeiros (inclusive pagamento de parcelas retroativas) a partir de julho.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Pessoal e Encargos	5,28%	4,85%
Custeio e Capital	5,03%	4,29%
Despesas do FAT	0,59%	0,55%
Subsídios e Subvenções	0,18%	0,24%
Outras	4,27%	3,50%
Transferência ao Bacen	0,00%	0,03%

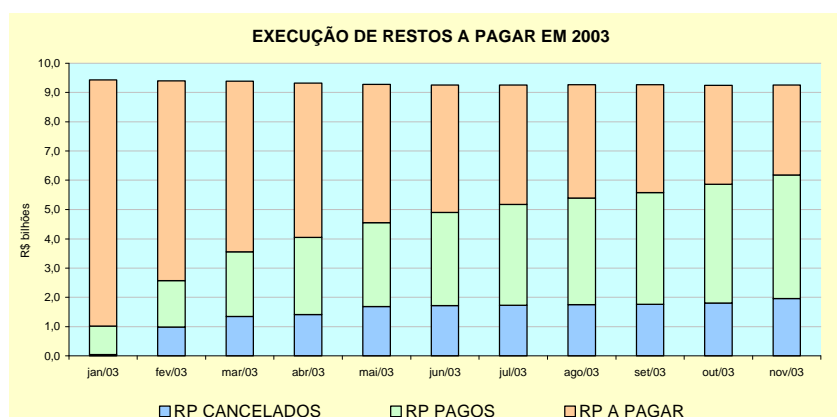


As despesas do FAT apresentaram ligeira redução em proporção do PIB (0,04 ponto percentual), comparativamente a idêntico período de 2002, atingindo



0,55% do PIB. Em termos nominais, no entanto, tais gastos elevaram-se em R\$ 624,7 milhões. Por um lado, observou-se crescimento das despesas com seguro desemprego e abono salarial, que passaram de R\$ 7,1 bilhões, em 2002, para R\$ 7,4 bilhões, em 2003, refletindo, em boa medida, o impacto do reajuste do salário mínimo a partir de abril deste ano.

Os gastos sob a rubrica “Outras Despesas de Custeio e Capital” passaram de 4,27% do PIB, de janeiro a novembro de 2002, para 3,50% em igual período de 2003. Vale destacar que a execução dos gastos discricionários vem aumentando nos últimos meses do ano, não obstante o forte ajuste na despesa que tem caracterizado 2003 vis-à-vis outros anos. Assim, observa-se que o percentual de execução do limite de pagamento dos dispêndios realizados pelos ministérios ligados a áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) atingiu ao final de novembro 96,9% frente 95,6% observado até outubro de 2003. Por sua vez, o percentual dos demais ministérios passou para 88,7%, ante 79,0%, verificado até o mês anterior. Deve-se destacar o pagamento de restos a pagar do exercício anterior atingiu o montante de R\$ 4,2 bilhões.



OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Agricultura	320,4	1.367,0
Custeio Agropecuário	186,4	320,9
Investimento Rural	88,0	259,2
Preços Agrícolas	-405,3	246,3
- EGF	7,2	15,4
- AGF	-525,2	204,6
- Sustentação de preços	112,8	26,3
Pronaf	451,4	446,5
Pesa	0,0	93,4
Cacau	0,0	0,6
Outros	1.534,7	1.183,5
Securitização	1.072,3	428,4
Habitação (PSH)	52,6	154,2
Exportação (Proex)	409,8	600,9
Total	1.855,2	2.550,5

Até novembro deste ano, os gastos com agricultura e subsídios às exportações e à habitação para a população de baixa renda apresentaram incremento de R\$ 695,3 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, comportamento este que reflete, o incremento de R\$ 1,1 bilhão (326,6%) nas despesas com agricultura este ano reflete um aumento no estoque regulador frente um decréscimo em 2002. Por sua vez, os gastos com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) totalizaram R\$ 154,2 milhões, contra R\$ 52,6 milhões despendidos no mesmo período do ano anterior. Verificou-se também incremento de 46,6% nas despesas com equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que passaram de R\$ 409,8 milhões, até novembro de 2002, para R\$ 600,9 milhões em 2003.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit primário de R\$ 3,1 bilhões no mês de novembro, situando-se 63,8% acima do verificado no mês anterior. Este resultado é explicado pelo aumento sazonal da despesa com benefícios referentes ao pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas que recebem no 1º dia útil de dezembro, e cujo impacto na conta única do Tesouro Nacional ocorre no mês de novembro.

Previdência Social

**TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2002-2003**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	OUT	NOV	JAN-NOV	
	2003	2003	2002	2003
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	6.965,5	6.568,5	60.954,3	68.432,5
Arrecadação Bruta	7.517,2	7.223,8	65.992,1	74.306,1
- Contribuição Previdenciária	6.930,4	6.732,5	61.679,2	69.551,0
- Simples	318,9	341,9	2.521,8	3.041,1
- CDP	0,0	0,0	175,0	0,0
- CFT	62,8	57,7	427,7	415,3
- Depósitos Judiciais	172,3	57,8	691,6	892,3
- Refis	19,3	20,1	370,6	285,7
- Outras Receitas	13,4	13,8	126,1	120,6
(-) Restituição/Devolução	-37,9	-109,9	-328,0	-422,7
(-) Transferências a Terceiros	-513,8	-545,4	-4.709,7	-5.450,9
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	8.867,4	9.683,1	74.955,8	89.645,6
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-1.901,9	-3.114,6	-14.001,5	-21.213,0
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,15%	-1,49%

Em novembro, o déficit do RGPS foi de R\$ 3,1 bilhões. No ano, o déficit primário acumulado atingiu R\$ 21,2 bilhões, equivalentes a 1,49% do PIB.

Considerando o acumulado em 2003, o RGPS registrou déficit primário de cerca de R\$ 21,2 bilhões, apresentando elevação nominal de 51,5% em relação a idêntico período de 2002. Como proporção do PIB, o déficit acumulado do ano encontra-se 0,3 ponto percentual acima daquele observado em 2002 (1,15% do PIB e 1,49% do PIB, respectivamente).

Até novembro, a arrecadação líquida atingiu R\$ 68,4 bilhões, representando acréscimo nominal de 12,3% em relação à verificada em 2002. Em percentual do PIB, a arrecadação correspondeu a 4,8 pontos percentuais no acumulado de 2003, apresentando diminuição de 0,2 ponto percentual quando comparada a igual período de 2002.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram até novembro desse ano R\$ 89,6 bilhões, superando em R\$ 14,7 bilhões o montante observado no mesmo período de 2002. Em relação ao PIB, essas despesas apresentaram aumento da ordem de 0,2 ponto percentual. A elevação dos gastos com benefícios decorreu dos seguintes fatores: i) aumento de 17,6% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2003 (com impacto no caixa a partir de maio) e o reajuste dos demais benefícios

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-NOV (% PIB)**

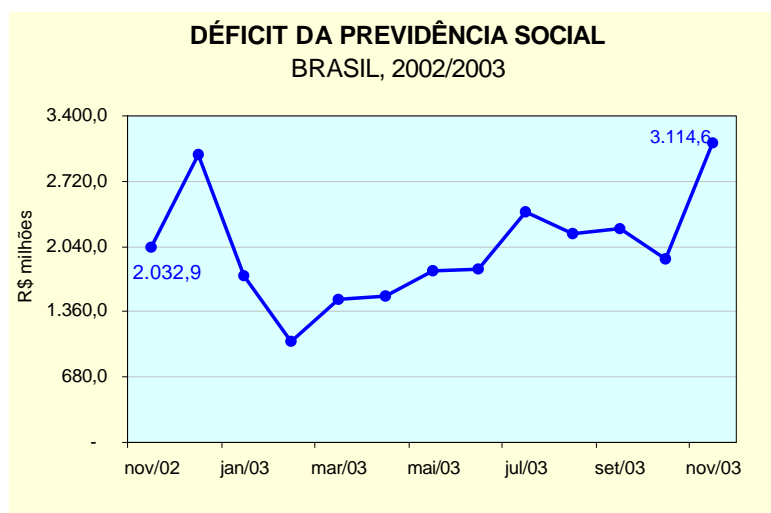
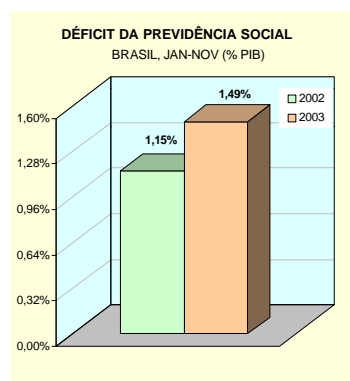
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	4,99%	4,81%
Benefícios	6,14%	6,31%
Resultado Primário	-1,15%	-1,49%

a partir de junho de 2003 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) acréscimo da ordem de 825,3 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2003, equivalente a cerca de 4,0% no estoque.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-NOV			
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Quantidade*	20,6	21,4	4,0%
Valor médio**	359,4	422,5	17,6%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

As emissões dos benefícios totais no período de janeiro a novembro, quando comparados a igual período em 2002, apresentaram os seguintes incrementos: i) 359,2 mil (3,1%) nas aposentadorias; ii) 197,8 mil (27,5%) nos auxílios – doença; iii) 179,6 mil (12,4%) nos benefícios assistenciais; iv) 142,6 mil (2,7%) nas pensões por morte; e v) 18,0 mil (2,6%) nos benefícios acidentários. Por outro lado, o salário-maternidade apresentou queda de 7,9 mil benefícios (5,6%) na comparação dos períodos.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em novembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 397,0 bilhões, o que corresponde a 25,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002 NOV	2003 OUT	2003 NOV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	87.687	162.303	170.606
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	562.713	690.958	702.513
Dívida Contratual da STN	-366.002	-402.014	-403.891
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-109.024	-126.641	-128.016
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	270.128	218.532	226.357
Dívida Mobiliária em Poder do Público	204.856	167.761	173.813
Títulos Depositados em Garantia	-6.314	-3.522	-3.662
Dívida Contratual	72.834	55.210	57.120
Disponibilidades	-1.248	-917	-914
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	357.816	380.835	396.962
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	26,9%	25,2%	25,7%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em novembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 397,0 bilhões.

Em comparação a outubro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público apresentou incremento de R\$ 15,8 bilhões, decorrente da apropriação de juros nominais da dívida interna e, no caso da dívida externa, da depreciação cambial da moeda nacional.

A dívida interna líquida aumentou de R\$ 162,7 bilhões, em outubro, para R\$ 170,6 bilhões no mês de novembro, refletindo, por um lado, o crescimento do estoque da dívida mobiliária em poder do público em R\$ 11,6 bilhões, devido à apropriação por competência de juros nominais. Por outro lado, houve aumento de R\$ 3,6 bilhões nos haveres contratuais do Tesouro Nacional, explicado em grande medida pela variação positiva do IGP-DI (0,48%) e do IGP-M (0,49%), que corrigem a maior parte dos créditos do Tesouro Nacional frente a terceiros.

Dívida Interna Líquida

Em novembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 170,6 bilhões.

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002 NOV	2003 OUT	2003 NOV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	87.687	162.303	170.606
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	562.713	690.958	702.513
LFT	325.001	443.404	439.396
LTN	27.862	70.985	85.217
NTN-C	54.934	57.838	58.810
NTN-D	49.129	29.652	30.655
Demais	83.196	62.991	63.623
Dívida Securitizada	20.492	24.030	22.798
TDA	2.100	2.059	2.015
DÍVIDA CONTRATUAL	-475.026	-528.655	-531.907
<i>Tesouro Nacional</i>	-366.002	-402.014	-403.891
Dívida Bancária	25.146	25.683	25.693
Lei nº 7.976/89	-13.749	-10.093	-10.266
Lei nº 8.727/93	-46.044	-47.749	-47.792
Lei nº 9.496/97	-179.532	-208.973	-210.417
Renegociação Dívida Municipais	-24.208	-30.309	-30.526
Demais Haveres da STN	-127.615	-130.574	-130.583
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-109.024	-126.641	-128.016
FAT	-78.749	-87.148	-88.071
Demais Entidades	-30.274	-39.492	-39.945
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	42,4%	45,7%	45,4%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-35,8%	-34,9%	-34,4%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-27,6%	-26,6%	-26,1%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	6,6%	10,7%	11,0%

Emissões e Resgates

Boxe 2 – Sucesso na emissão de novo título prefixado com prazo de 4 anos.

O Tesouro emitiu com êxito, no dia 18 de dezembro, o mais longo título prefixado da história do país. Na ocasião, foram vendidas Notas do Tesouro Nacional, série F – NTN-F num montante de R\$ 427,4 milhões a uma taxa média de 17,19% a.a.

Cabe ressaltar que as NTN-F possuem cupons semestrais de juros de 10% a.a. destacáveis (*strips*), o que possibilita aos investidores decompor este novo título em diversos vencimentos prefixados, à semelhança das Letras do Tesouro Nacional (LTN), o que torna mais fácil a sua precificação e negociação no mercado secundário.

Em novembro, houve resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 312,1 milhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 20,6 bilhões e os resgates a R\$ 20,9 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 20,2 bilhões, compostas por: i) R\$ 11,1 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2004 e julho de 2005; ii) R\$ 8,2 bilhões em LFT, com vencimentos em 2005, 2006, 2007 e 2008; iii) R\$ 419,1 milhões em NTN-B com vencimentos em 2006, 2009, 2015 e 2024; e iv) R\$ 528,6 milhões em NTN-C com vencimentos em 2008, 2021 e 2031.

O volume financeiro das LTN emitidas em novembro foi 21% superior a outubro, passando de R\$ 9,2 bilhões para R\$ 11,1 bilhões, o que evidenciou a excelente aceitação dos títulos prefixados, corroborada pela forte redução das taxas médias aceitas.

Esta tendência ficou mais explícita no último leilão do mês de novembro, realizado no dia 25, quando a taxa aceita para o título com prazo de 11 meses foi de 16,43% a.a. Já para as LTN com vencimento em 14 meses, a taxa ficou em 16,74% a.a. Taxas inferiores a estas, em títulos de prazos

semelhantes, não são observadas desde março de 2001 (15,45% a.a.) e janeiro de 2001 (15,92% a.a.), respectivamente.

TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, NOV/2003

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS*	EMISSÕES DIRETAS	TOTAL
I. EMISSÕES	20.242	309	20.551
LFT	8.214	4	8.218
LTN	11.080	0	11.080
NTN-C	529	0	529
NTN-B	419	0	419
TDA	0	20	20
Securitizada**	0	184	184
Demais	0	101	101
II. RESGATES***	20.166	697	20.863
LFT	18.284	0	18.284
LTN	997	0	997
NTN-C	288	0	288
NTN-D	186	0	186
NTN-B	411	0	411
TDA	0	85	85
Securitizada**	0	64	64
Demais	0	548	548
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	76	-388	-312

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta, bem como as vendas por meio do Tesouro Direto.

** Inclui dívida agrícola.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Já as emissões de LFT continuaram sendo feitas com prazos mais longos e taxas de deságio continuamente reduzidas. O prêmio observado no último leilão de novembro, do título com vencimento em 2008, atingiu 0,29% a.a., patamar somente superior ao observado em julho de 2001 (0,23% a.a., para prazo semelhante).

No que se refere aos títulos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou no mês de novembro leilões de Notas do Tesouro Nacional – série C – títulos remunerados pelo IGP-M, e série B (NTN-B) - títulos remunerados pelo IPCA. No leilão de NTN-B, realizado em duas etapas nos dias 13 e 14, foi emitido o montante de R\$ 414,9 milhões. Do volume total, 70,1% foi realizado como troca e o restante (29,9%) recebido em dinheiro. As taxas aceitas neste leilão foram as menores desde a primeira emissão de NTN-B ocorrida em março de 2002, refletindo a crescente demanda por este título.

Boxe 3 – Tesouro Direto

A campanha publicitária realizada a partir de setembro vem trazendo resultados, tendo em vista o aumento tanto do volume vendido quanto do número de investidores cadastrados. Comparativamente ao trimestre anterior, as vendas no período setembro-novembro cresceram 57,3%, enquanto que o número de investidores cadastrados aumentou 92,9%. Desde o lançamento do programa em janeiro de 2002, foram vendidos mais de R\$ 300 milhões em títulos públicos. Além disso, aproximadamente 20.000 investidores já se cadastraram no Tesouro Direto. Com relação à composição das vendas no mês de novembro, vale destacar a procura por Notas do Tesouro Nacional (NTN, séries B e C), títulos indexados a índices de preços - IPCA e IGP-M - que juntos somaram 52,4% do total vendido no mês, sendo que a NTN-C representou 31,7% e a NTN-B 20,7%. Adicionalmente, ressalta-se a participação dos títulos prefixados - LTN, como sendo os títulos mais vendidos este mês, representando 32,9% do montante total.

Boxe 4 Emissão de NTN-C

O Tesouro Nacional realizou, nos dias 27 e 28 do mês de novembro, em duas etapas, leilão de Notas do Tesouro Nacional – série C (NTN-C), títulos remunerados pelo IGP-M, com liquidação no dia primeiro de dezembro. Foi vendido um montante de R\$ 3,2 bilhões, sendo que 27,91% corresponderam à venda em dinheiro e 72,09% à segunda etapa do leilão, quando foram recebidos, como pagamento, títulos do Tesouro. Neste leilão, a demanda chegou a superar a oferta em 50%, indicando a crescente demanda pelos títulos indexados a índices de preços. Foram ofertados títulos com vencimentos em 2008, 2017, 2021 e 2031, com taxas de 8,90% a.a., 8,95% a.a., 9,00% e 9,00% a.a., respectivamente. Cabe ressaltar que estas taxas são as menores desde a retomada das emissões destes títulos em dezembro de 1999.

Boxe 5– Recompra de NTN-B

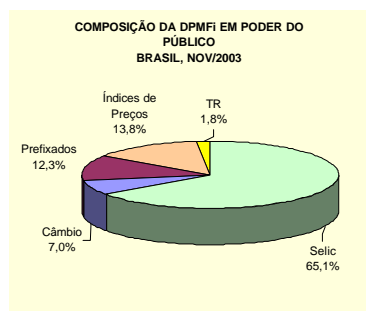
Com o objetivo de propiciar maior liquidez às NTN-B de médio e longo prazos, o Tesouro deu início ao programa de recompra daquele título, assim como já ocorre com a NTN-C. No primeiro leilão, realizado em 12 novembro, foram resgatados o montante de R\$ 28 milhões. Buscando dar continuidade ao programa, o Tesouro realizou no dia 12 de dezembro o segundo leilão de recompra de NTN-B. Tal estratégia deverá fomentar as negociações no mercado secundário deste título, bem como incrementar a sua demanda no mercado primário.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 309,4 milhões, destacando-se a emissão de R\$ 40,6 milhões de NTN-I – Proex e R\$ 184,4 milhões de títulos da dívida securitizada relativas ao FCVS.

Em novembro, foram resgatados R\$ 20,9 bilhões em títulos, sendo R\$ 20,3 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 547,2 milhões referentes a cancelamentos dos quais destacam-se: i) R\$ 303,9 milhões em NTN-C e LFT-B, aceitos no leilão de NTN-B; ii) R\$ 238,2 milhões em LFT, títulos da dívida securitizada e NTN-C, aceitos no leilão de NTN-C; e iii) R\$ 4,5 milhões em LFT-B permutados por LFT.

Composição

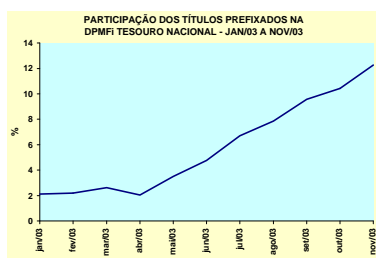
No que tange à composição da DPMFi de responsabilidade do Tesouro Nacional, merece destaque o aumento na participação de títulos prefixados em 1,85 ponto percentual, passando de 10,4% em outubro para 12,3% em novembro como decorrência da emissão líquida de R\$ 10,1 bilhões em LTN no mês. O interesse do mercado por estes títulos, crescente desde o início do ano, acabou sendo determinante para este incremento, contribuindo, assim, para auxiliar no cumprimento das diretrizes presentes no Plano Anual de Financiamento para 2003. Destaca-se também a redução na participação dos títulos remunerados pela taxa Selic em 1,83 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT no valor de R\$ 10,1 bilhões.



**TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR
TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2002/2003**

INDEXADOR	2002		2003
	NOV	OUT	NOV
Selic	64,44	66,94	65,11
Câmbio	12,99	6,92	7,02
Prefixados	5,00	10,42	12,27
Índices de Preços	15,48	13,95	13,84
TR	2,08	1,77	1,76
Outros	0,01	0,00	0,00

* Não inclui dívida agrícola.



Os títulos prefixados (LTN) mantêm a tendência de aumento na participação da DPMFi de responsabilidade do Tesouro Nacional observada desde o mês de abril de 2003, devido principalmente a forte demanda do mercado. Esta participação passou de 2,1% em janeiro para 12,3% em novembro.

O custo médio da DPMFi em poder do público cresceu de 15,7% a.a. em outubro para 21,3% a.a. em novembro, devido ao impacto da depreciação do câmbio de 3,26% no mês sobre o custo das NTN-D.

Custo Médio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi apresentou uma ligeira redução, passando de 18,7% a.a. em outubro para 18,6% em novembro. Esta redução foi influenciada principalmente pela redução no custo médio da LFT de 1,2 ponto percentual em relação ao mês anterior.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2003

PERÍODO	(% anual)	
	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002		
Nov	31,73	27,83
Dez	29,06	20,94
2002	21,00	27,62
2003		
Jan	28,13	24,93
Fev	29,11	27,34
Mar	29,74	13,32
Abr	25,53	1,46
Mai	22,56	24,84
Jun	21,38	16,16
Jul	21,56	24,09
Ago	21,88	20,85
Set	21,17	18,55
Out	18,69	15,74
Nov	18,57	21,32

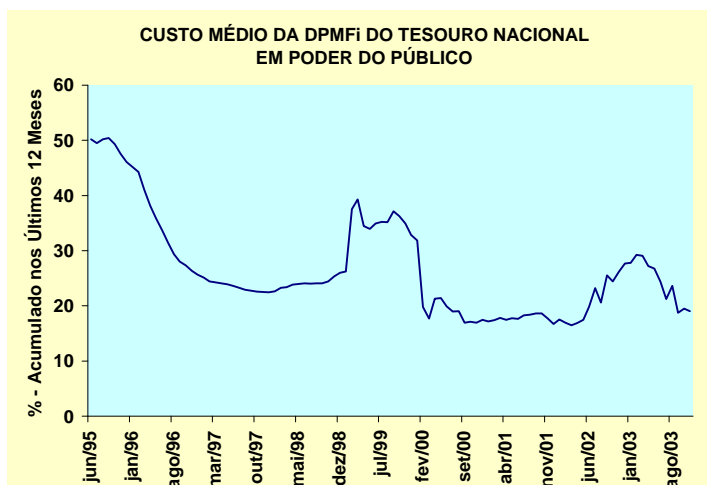
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio anualizado da DPMFi total foi de 18,6% a.a. em novembro.

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses apresentou pequena queda, passando de 19,5% a.a. em outubro, para 19,0% a.a. em novembro. Isto resultou do fato de a redução no custo médio da parcela da dívida referenciada a índices de preços, nos últimos 12 meses, ter sido superior ao aumento no custo médio da dívida indexada ao câmbio.

Em relação ao câmbio, tal movimento decorreu principalmente da referida depreciação em novembro. Quanto aos índices de preços, o fato de a variação do mês de novembro de 2003 ter sido inferior à variação do mesmo mês em 2002 (-0,40 e 1,51 ponto percentual, respectivamente) acabou sendo determinante para a queda do custo médio da dívida total. Cabe destacar que essa medida reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista que o custo médio mensal sofre significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos.



Prazo Médio

Em novembro, o prazo médio da DPMFi do Tesouro Nacional em poder do público registrou pequena diminuição, situando-se em 32,1 meses. Tal redução deu-se não obstante o aumento no prazo da LFT, tendo em vista a emissão desses títulos com prazo médio de 45,3 meses, superior ao prazo médio do seu estoque, da ordem de 22,4 meses.

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003**

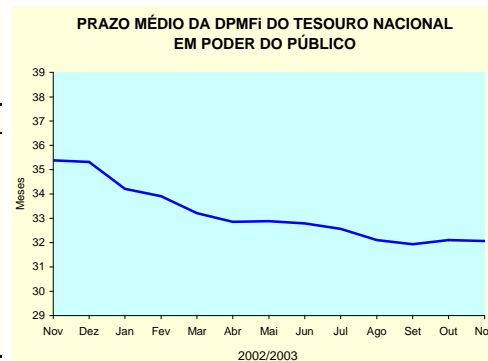
TÍTULOS	Meses		
	2002		2003
	NOV	OUT	NOV
LTN	2,01	7,11	6,95
LFT	23,51	22,41	22,76
NTN-C	61,60	67,89	67,65
NTN-D	19,02	14,56	13,72
TDA	49,39	55,50	57,22
Dívida Securitizada*	61,93	58,48	58,24
Demais	120,24	111,37	111,74
TOTAL	35,39	32,10	32,06

(*) Inclui dívida agrícola.

**TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003**

PERÍODO	TOTAL	Meses	
		TOTAL	OF. PUB. (1)
2002	Nov	35,39	22,68
	Dez	35,32	23,05
2003	Jan	34,21	22,09
	Fev	33,91	22,07
	Mar	33,21	21,94
	Abr	32,85	22,44
	Mai	32,88	23,01
	Jun	32,79	23,50
	Jul	32,56	23,66
	Ago	32,11	23,54
	Set	31,93	23,51
	Out	32,10	24,14
	Nov	32,06	24,15

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



Dívida Externa Líquida

Em novembro, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 226,4 bilhões.

A dívida externa líquida, no mês de novembro, aumentou em R\$ 7,8 bilhões, como decorrência, principalmente, da depreciação da moeda nacional ocorrida no período. Não obstante esse acréscimo nominal frente a outubro, o estoque da dívida líquida em proporção do PIB, de 14,6%, encontra-se inferior ao patamar observado em igual período de 2002, que foi de 20,3%.

O estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), em moeda nacional, no mês de novembro de 2003, sofreu um acréscimo de 3,6%. O principal fator determinante desta elevação foi a valorização do dólar frente ao real, uma vez que na moeda norte-americana o saldo devedor cresceu 0,3%.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002 NOV	2003 OUT	2003 NOV
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	204.856,1	167.760,7	173.813,1
Bônus de Renegociação	67.329,2	46.778,4	48.304,8
Bônus de Captação	137.526,9	120.982,3	125.508,2
II. DÍVIDA CONTRATUAL	72.834,3	55.210,3	57.119,6
Organismos Multilaterais	40.189,3	30.747,8	31.705,0
Bancos Privados/Ag. Governamentais	12.339,2	9.201,5	9.495,5
Clube de Paris	20.305,7	15.261,0	15.919,1
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	277.690,3	222.971,0	230.932,7
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-6.313,7	-3.522,2	-3.662,0
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.248,5	-916,7	-914,2
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	270.128,2	218.532,1	226.356,5
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	20,3%	14,4%	14,6%

Como serviço da DPFe em novembro, o Tesouro desembolsou um montante de R\$ 1,1 bilhão, sendo a maior parte referente ao pagamento de juros e encargos (R\$ 888,3 milhões). O pagamento de principal no período totalizou R\$ 238,0 milhões. No ano, os dispêndios atingiram R\$ 37,1 bilhões, dos quais R\$ 19,3 bilhões referem-se ao pagamento do principal e R\$ 17,9 bilhões de juros e encargos.

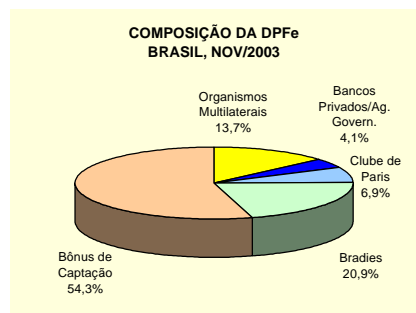
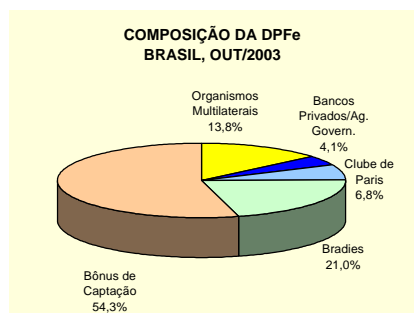
As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,1 bilhão no mês.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, 2003

DISCRIMINAÇÃO	NOVEMBRO			JANEIRO-NOVEMBRO		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS	238,0	888,3	1.126,3	19.275,0	17.872,7	37.147,6
I.1. Organismos Multilaterais	173,6	82,6	256,2	5.383,6	1.286,0	6.669,6
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	64,4	9,6	74,0	1.047,0	596,5	1.643,5
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0	1.686,2	415,5	2.101,7
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	796,1	796,1	11.158,2	15.574,7	26.732,9

No que se refere à composição, não houve modificações significativas nas participações dos componentes da dívida externa. A maior parcela dessas obrigações referem-se aos bônus de captação, responsáveis por 54,3% do total.

Composição



Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa sofreu redução de 0,07 ponto percentual em novembro, encerrando o mês em 6,05 anos. A variação decorreu da trajetória natural de aproximação das datas de vencimento dos títulos.

O custo médio, em dólares, manteve-se praticamente estável em relação a outubro. Este movimento decorreu, basicamente, da queda nas taxas variáveis de juros aplicadas ao pagamento de alguns dos Bônus de Renegociação (*Bradies*).

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	2002		2003	
	NOV	OUT	NOV	NOV
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,07	6,12	6,05	6,05
Bônus de Renegociação	6,15	5,90	5,82	5,82
Bônus de Captação	6,03	6,21	6,14	6,14
Globais	7,28	7,00	6,95	6,95
Euros	3,45	3,54	3,49	3,49
Demais	2,40	3,06	2,99	2,99
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,62	8,97	8,96	8,96
Bônus de Renegociação	5,19	4,93	4,87	4,87
Bônus de Captação	10,30	10,53	10,53	10,53
Globais	11,16	13,25	13,25	13,25
Euros	10,11	10,28	10,28	10,28
Demais	4,93	6,01	6,04	6,04

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Nov/2002	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2003
I. RECEITA TOTAL	26.975,2	33.938,3	32.439,4	27.721,8	26.251,4	32.106,7	29.574,5	25.121,8	29.595,5	28.249,1	28.163,3	31.761,0	29.882,9
I.1. Receitas do Tesouro	21.143,6	23.865,0	26.978,1	21.610,3	20.539,2	26.256,5	23.527,8	18.950,3	23.188,3	21.714,5	21.559,9	24.795,5	23.314,5
I.1.1 Receita Bruta	22.062,3	24.957,0	27.360,7	21.894,6	20.820,3	26.683,9	23.905,9	20.483,4	24.502,5	22.351,5	22.580,6	26.563,0	25.576,5
- Impostos	9.442,5	11.290,3	11.453,2	9.848,8	9.165,5	11.857,2	10.852,2	8.641,3	10.635,5	8.721,6	9.583,7	11.405,0	11.405,0
- Contribuições	10.891,8	10.775,5	12.370,0	9.961,3	10.076,9	10.890,9	10.809,5	10.375,7	11.084,5	10.256,3	10.795,2	12.166,1	12.346,2
- Demais	1.727,9	2.891,2	3.537,4	2.084,6	1.577,8	3.935,9	2.244,2	1.466,3	2.782,5	3.373,6	2.201,7	2.991,9	1.825,3
I.1.2. (-) Restituições	-768,6	-1.092,1	-382,7	-284,3	-281,0	-427,4	-378,0	-1.533,0	-1.314,2	-637,0	-1.020,7	-1.767,5	-2.262,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.831,6	10.073,3	5.461,4	6.111,5	5.712,2	5.850,2	6.046,7	6.171,5	6.407,2	6.534,5	6.603,4	6.965,5	6.568,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.406,5	4.742,2	5.704,3	6.144,8	4.769,7	4.502,3	6.735,9	4.227,2	4.013,8	5.068,6	4.306,2	4.429,0	5.391,2
II.1. Transferências Constitucionais	3.897,9	3.824,7	4.144,0	4.353,9	3.785,5	3.628,6	4.986,0	3.554,4	2.995,4	3.896,7	3.386,2	3.522,1	3.909,3
II.2. Lei Complementar 87/96	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9
II.3. Demais	1.179,3	588,1	927,2	1.183,3	718,2	607,7	1.483,9	406,9	752,5	906,0	654,0	641,0	1.215,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	21.568,7	29.196,1	26.735,1	21.577,1	21.481,8	27.604,4	22.838,7	20.894,6	25.581,7	23.180,5	23.857,1	27.332,0	24.491,8
IV. DESPESA TOTAL	20.513,8	32.276,1	19.557,2	17.748,9	17.354,0	17.925,6	19.124,4	20.096,3	22.732,5	20.523,5	20.045,5	22.754,8	22.148,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.411,4	8.790,1	7.517,4	5.944,2	5.631,2	5.644,7	5.900,9	6.447,1	7.706,1	5.821,1	5.926,0	5.928,4	6.503,5
IV.1.1. INSS	317,0	425,2	455,2	292,8	300,9	296,4	289,4	339,4	427,6	310,0	318,5	314,9	334,3
IV.1.2. Demais	6.094,3	8.364,8	7.062,2	5.651,4	5.330,3	5.348,3	5.611,5	6.107,8	7.278,6	5.511,1	5.607,6	5.613,6	6.169,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.864,5	13.070,8	7.201,3	7.166,6	7.209,7	7.371,8	7.825,9	7.979,9	8.813,0	8.704,1	8.822,7	8.867,4	9.683,1
IV.3. Custeio e Capital	6.238,0	10.415,2	4.837,6	4.563,7	4.471,6	4.869,8	5.354,6	5.605,8	6.147,6	5.948,8	5.289,3	7.912,7	5.925,6
IV.3.1. Despesa do FAT	616,1	721,9	569,1	395,5	428,3	592,0	841,0	420,1	987,6	1.235,8	447,7	1.416,5	486,0
- Abono e Seguro Desemprego	429,8	615,2	539,0	384,3	395,7	549,6	824,0	399,3	942,2	1.179,8	412,1	1.371,6	426,6
- Demais Despesas do FAT	186,3	106,8	30,1	11,2	32,6	42,4	17,0	20,7	45,4	56,0	35,7	44,9	59,4
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	1,7	204,4	117,0	166,3	115,6	127,8	154,6	311,9	388,5	293,9	324,1	1.093,2	252,3
- Operações Oficiais de Crédito	-58,4	225,6	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	238,7	338,9	204,4	225,0	1.010,3	163,1
- Subvenções aos Fundos Regionais	60,1	-21,2	36,9	57,2	52,9	111,1	53,4	73,2	49,6	89,5	99,1	82,9	89,2
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.620,1	9.488,9	4.151,4	4.001,8	3.927,7	4.149,9	4.359,0	4.873,8	4.771,6	4.419,1	4.517,5	5.403,0	5.187,3
IV.4. Transferência ao Banco Central	0,0	0,0	0,9	74,4	41,5	39,4	43,1	63,4	65,7	49,6	7,4	46,2	36,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.054,9	-3.080,0	7.177,9	3.828,2	4.127,8	9.678,8	3.714,3	798,3	2.849,2	2.657,0	3.811,6	4.577,3	2.343,2
V.1. Tesouro Nacional	3.087,8	-82,5	8.917,9	4.883,3	5.625,2	11.200,3	5.493,5	2.606,8	5.255,0	4.826,5	6.030,9	6.479,2	5.457,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-2.032,9	-2.997,5	-1.740,0	-1.055,1	-1.497,5	-1.521,6	-1.779,2	-1.808,5	-2.405,8	-2.169,5	-2.219,3	-1.901,9	-3.114,6
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-48,0	-142,0	-38,0	23,8	-13,6	-20,7	-25,8	2,5	-29,5	-19,4	-58,2	-13,4	-26,7
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.006,9	-3.222,0	7.139,9	3.852,0	4.114,2	9.658,1	3.688,5	800,8	2.819,6	2.637,5	3.753,4	4.563,9	2.316,5
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	553,6	-1.144,1	-421,6	755,2	-661,4	651,8	-327,0	102,7	506,5	-36,8	328,1	146,4	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.560,5	-4.366,1	6.718,2	4.607,2	3.452,8	10.309,9	3.361,5	903,5	3.326,2	2.600,7	4.081,5	4.710,3	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-499,5	2.139,2	-11.083,9	-8.783,8	-172,1	12.359,5	-12.542,4	-5.626,4	-16.333,4	-11.392,3	-7.186,1	-3.553,0	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.061,1	-2.226,9	-4.365,6	-4.176,6	3.280,7	22.669,4	-9.181,0	-4.722,9	-13.007,2	-8.791,6	-3.104,6	1.157,4	nd

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Nov/2002	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2003
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	30.054,7	37.468,8	26.460,3	30.578,9	28.028,2	28.920,7	34.035,1	28.051,7	28.133,2	29.749,9	29.613,7	30.492,9	33.122,3
I.1 - Recolhimento Bruto	22.292,0	25.397,7	19.234,3	22.754,9	20.630,8	20.968,2	26.123,3	20.269,1	19.931,9	21.293,5	20.735,4	21.441,2	24.680,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	916,0	1.131,7	663,4	1.039,7	1.015,1	1.445,9	1.066,7	1.000,0	1.026,6	1.107,2	1.553,3	1.222,7	1.032,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	286,4	-110,1	309,7	76,4	109,7	128,9	184,0	51,5	81,3	157,1	53,5	63,7	80,9
I.5 - Receita do Salário Educação	155,1	157,4	245,4	121,5	139,6	146,5	150,5	149,5	151,5	153,9	164,3	167,8	181,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	6.551,7	10.889,6	6.004,8	6.583,2	6.129,6	6.227,9	6.508,1	6.576,8	6.937,8	7.033,8	7.097,2	7.586,0	7.121,1
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,5	2,5	2,7	3,2	3,3	3,2	2,6	4,8	4,1	4,4	9,9	11,6	25,9
II. DESPESAS	31.130,5	40.427,0	24.826,1	29.762,8	25.375,5	28.883,4	27.882,7	38.144,9	20.380,1	29.532,8	33.260,5	30.718,1	29.425,2
II.1 - Liberações Vinculadas	6.262,4	5.726,0	6.856,8	6.971,7	5.702,0	5.560,6	7.792,0	5.494,7	4.800,4	6.310,3	5.184,8	5.556,6	6.543,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.152,4	3.980,8	4.508,8	4.639,9	4.033,5	3.864,8	5.317,3	3.787,0	3.190,4	4.152,5	3.608,2	3.751,5	4.118,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	802,4	350,8	419,0	674,4	372,7	386,6	1.106,5	260,2	272,1	723,7	306,6	403,4	889,0
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9
II.1.4 - Outras Vinculações	978,2	1.065,0	1.296,0	1.049,8	1.029,8	1.043,2	1.102,2	1.181,5	1.072,0	1.168,1	1.004,0	1.135,7	1.269,9
II.2 - Liberações Ordinárias	24.868,1	34.701,0	17.969,3	22.791,0	19.673,5	23.322,8	20.090,8	32.650,2	15.579,7	23.222,6	28.075,7	25.161,6	22.881,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.349,8	7.136,5	6.806,4	6.047,2	5.711,6	5.708,6	6.275,0	7.604,9	6.204,4	5.651,3	5.983,1	6.047,2	8.691,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	520,1	726,1	2.113,8	2.875,5	2.671,2	3.490,5	669,0	3.090,5	433,0	1.709,2	4.168,5	2.569,8	186,4
i) Dívida Contratual Interna	73,5	122,0	119,3	110,4	2.104,5	118,3	105,9	107,3	109,7	104,0	112,3	373,3	109,7
ii) Dívida Contratual Externa	446,6	604,1	1.994,5	2.765,1	566,7	3.372,3	563,1	2.983,2	323,2	1.605,3	4.056,1	2.196,6	76,7
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.766,0	2.165,0	933,8	1.884,7	786,4	2.566,5	563,9	2.082,0	2.560,2	2.692,9	3.435,5	2.628,7	53,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	7.968,9	15.207,5	4.841,9	7.955,1	6.647,9	7.505,0	7.901,8	15.692,0	650,4	8.826,5	9.849,9	8.648,9	9.692,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	5.014,6	8.683,3	3.042,3	3.836,5	3.759,1	3.918,2	4.447,9	3.860,1	5.320,6	4.051,6	4.373,1	4.378,4	3.805,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	248,7	782,5	231,2	192,0	97,2	134,0	233,2	320,7	411,1	291,1	265,6	888,5	453,2
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-1.075,8	-2.958,2	1.634,1	816,1	2.652,7	37,3	6.152,4	-10.093,2	7.753,1	217,1	-3.646,8	-225,2	3.697,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	35.037,7	36.723,8	16.269,0	25.919,2	31.734,4	41.545,8	43.972,6	37.583,5	39.417,1	20.996,8	27.795,7	36.612,6	7.174,0
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	34.321,7	35.116,0	15.425,0	25.077,9	31.195,5	38.833,8	43.074,9	37.015,9	38.519,7	19.437,9	27.373,5	35.437,8	6.769,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	716,0	1.607,8	844,0	841,3	538,9	2.712,1	897,7	567,7	897,4	1.558,9	422,2	1.174,7	404,0
V. DESPESAS	34.760,9	24.406,4	8.056,9	28.215,3	25.225,2	6.440,9	34.566,7	31.410,0	30.190,9	22.502,4	26.846,8	13.904,0	23.853,9
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	33.742,2	21.326,1	7.179,4	25.699,5	24.558,0	3.106,0	32.828,2	28.544,8	25.735,7	19.075,5	25.828,3	10.337,8	18.076,7
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	1.018,7	3.080,2	877,5	2.515,8	667,2	3.334,9	1.738,5	2.865,2	4.455,2	3.427,0	1.018,5	3.566,2	5.777,2
V.2.1 - Dívida Interna	58,9	121,7	104,2	96,6	93,7	102,5	94,8	111,7	191,1	94,7	101,5	573,0	98,5
V.2.2 - Dívida Externa	959,7	2.958,5	773,2	2.419,1	573,5	3.232,4	1.643,7	2.753,5	4.264,1	3.332,3	917,0	2.993,2	5.678,7
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	579,5	13.789,9	8.245,6	-621,6	6.637,5	35.727,8	10.246,7	8.471,1	12.784,0	362,5	1.545,2	25.100,0	-11.306,7
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-2.879,3
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-4.391,1	-2.709,9	8.488,6	1.758,7	8.389,5	33.288,4	14.961,6	-7.006,8	14.444,0	43,2	-11.867,8	26.976,8	-15.862,2

(*) Dados retificados

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Nov/2002	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2003
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	12.123,0	1.359,2	12.234,7	7.122,6	3.864,9	7.327,1	6.663,2	17.212,9	27.850,0	15.241,7	14.352,5	8.343,4	7.320,7
I.1. Emissão de Títulos	14.503,7	0,0	11.314,9	3.951,5	3.779,8	9.006,7	5.120,5	16.312,5	25.732,6	11.513,9	13.116,5	6.368,3	3.636,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	-2.287,3	1.189,3	943,5	2.958,3	84,4	-1.561,6	1.462,0	863,2	1.962,4	3.517,8	1.194,7	1.906,1	3.520,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	-93,4	170,0	-23,7	212,8	0,7	-118,0	80,6	37,1	155,1	210,0	41,3	69,0	163,2
II. DESPESAS NO BACEN	15.715,1	13.428,5	13.592,4	3.883,9	4.637,3	9.181,0	7.259,8	20.300,0	30.385,4	13.910,0	23.522,5	3.850,0	10.200,0
II.1. Resgate de Títulos	14.485,0	12.305,4	12.325,5	3.690,3	3.329,0	8.941,7	6.467,0	19.200,0	27.997,4	12.938,7	21.597,9	3.305,4	8.500,0
II.2. Encargos da DPMF	1.230,0	1.123,1	1.266,9	193,7	1.308,3	239,3	792,8	1.100,0	2.388,0	971,3	1.924,5	544,6	1.700,0
III. RESULTADO (I - II)	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-2.879,3

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Nov/2002	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2003
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	12,0	0,0	58,1	28,0	25,1	28,7	27,1	30,1	28,8	28,8	0,0	0,0	66,1
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	59,6	44,3	59,8	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	7,4	0,0	131,3	13,4
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-175,9	-38,5	-154,2	-30,7	-54,3	-50,6	-4,6	-3,6	84,0	69,7	216,7	166,0	8,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	6,3	0,0	1,9	1,2	1,5	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-195,8	-49,9	-159,4	-34,6	-55,4	-52,2	-7,3	-7,3	76,7	66,4	214,4	165,5	-2,1
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	20,0	5,1	5,2	2,0	0,0	0,0	2,0	3,7	7,3	3,3	2,3	0,5	0,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	26,0	145,1	25,7	33,0	26,1	27,8	27,8	31,4	34,1	75,7	1,6	132,5	30,7
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	39,4	55,3	4,3	2,1	4,3	7,7	36,7	141,0	178,7	22,5	6,7	152,1	44,8
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	63,3	1,7	-0,3	0,0	0,0	28,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	40,0	4,1	38,6	15,0	61,8	3,2	14,3	18,2	16,8	12,7	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	428,4	0,0
X. TOTAL	-58,4	225,6	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	245,8	345,5	217,2	225,0	1.010,3	163,1

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Nov/2002	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2003
I. DÍVIDA INTERNA	87.687,3	69.494,2	69.047,7	72.764,7	85.248,4	87.181,6	106.988,5	123.494,2	137.420,7	145.676,5	155.106,4	162.303,0	170.605,8
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6	664.970,3	677.827,3	690.957,9	702.513,0
Dívida Bancária	25.146,3	25.206,0	25.226,3	25.297,0	25.361,8	25.404,9	25.477,0	25.510,9	25.560,4	25.623,6	25.655,0	25.682,9	25.692,8
INSS	-13.115,8	-13.881,8	-14.256,6	-14.565,9	-14.797,5	-15.042,6	-15.104,2	-15.003,0	-14.898,0	-14.868,2	-14.960,4	-15.117,5	-15.183,6
Lei 7.976/89	-13.749,4	-13.185,4	-13.107,0	-13.069,9	-12.513,0	-10.896,5	-10.999,4	-10.587,6	-10.572,7	-10.500,4	-10.351,1	-10.092,6	-10.265,7
Bônus Renegociação	-27.989,6	-24.939,6	-25.158,6	-25.368,0	-23.860,1	-20.386,1	-21.008,6	-20.121,3	-20.559,1	-20.514,7	-20.302,2	-19.612,0	-20.246,0
Lei 8.727/93	-46.044,2	-46.384,8	-46.602,5	-46.842,2	-47.050,1	-47.215,1	-47.384,6	-47.436,1	-47.477,5	-47.561,0	-47.637,9	-47.749,2	-47.792,1
Lei 9.496/97	-179.532,2	-190.405,9	-194.297,2	-198.010,5	-201.781,0	-205.358,4	-206.088,3	-205.385,1	-204.439,1	-204.622,2	-206.112,1	-208.972,6	-210.416,9
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-24.207,7	-27.033,5	-27.647,2	-28.323,9	-28.854,7	-29.401,8	-29.640,4	-29.728,5	-29.883,6	-30.019,0	-30.275,0	-30.309,1	-30.526,3
Recebíveis das Estatais	-29.039,4	-30.726,9	-31.287,4	-31.850,5	-31.814,3	-30.512,4	-30.753,5	-30.935,3	-32.422,1	-32.845,2	-32.974,6	-32.571,9	-33.329,3
Outros	-39.021,5	-40.536,9	-42.486,0	-42.694,7	-43.166,7	-43.538,1	-43.183,1	-43.000,4	-43.460,6	-42.676,8	-43.028,3	-43.225,6	-43.037,3
Fat	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.015,9	-87.148,3	-88.070,8
Demais Entidades	-30.274,3	-31.113,9	-33.699,2	-34.307,1	-35.433,3	-36.211,8	-36.422,5	-36.931,2	-38.038,8	-38.831,2	-38.873,9	-39.492,4	-39.945,2
Créditos das Operações Oficiais	-14.455,1	-14.738,5	-14.192,4	-14.249,1	-13.474,5	-12.037,8	-12.242,6	-11.954,6	-12.326,9	-12.079,1	-12.457,2	-12.738,7	-13.219,1
Arrecadação a Recolher	-3.993,4	-776,0	-7.038,6	-5.244,5	-4.520,9	-8.649,9	-4.860,9	-3.414,3	-6.025,0	-4.166,0	-5.387,2	-7.307,9	-5.567,7
II. DÍVIDA EXTERNA	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5
Dívida Mobiliária	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1
Títulos Depositados em Garantias	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0
Dívida Contratual	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6
Disponibilidades	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	357.815,5	332.183,1	331.701,8	337.302,6	333.946,8	299.340,7	329.994,9	340.618,5	360.348,2	362.231,5	373.959,2	380.835,1	396.962,3
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	26,9%	24,7%	24,4%	24,6%	24,3%	21,8%	24,0%	24,7%	25,5%	25,1%	25,3%	25,2%	25,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/2002	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2003
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	67.329,2	65.418,4	65.279,6	65.972,0	62.030,1	52.310,6	53.680,6	51.986,3	53.678,8	49.810,4	49.041,2	46.778,4	48.304,8
Brazil Investment Bond (BIB)	1.238,8	1.203,7	1.201,1	1.213,8	1.090,3	939,7	964,3	933,9	964,3	964,6	905,3	884,5	913,4
Par Bond (PB)	7.230,6	7.025,4	7.010,5	7.084,9	6.667,1	5.745,9	5.896,6	5.710,5	5.896,4	4.566,1	4.499,7	4.396,3	4.539,7
Discount Bond (DB)	7.931,3	7.706,2	7.689,9	7.771,4	7.313,2	6.302,7	6.466,0	6.261,9	6.465,7	3.980,7	3.922,6	3.832,4	3.957,5
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.207,6	2.145,0	2.140,4	2.163,1	2.035,6	1.619,4	1.661,8	1.609,4	1.661,8	1.662,4	1.638,2	1.467,2	1.515,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	23.781,3	23.106,4	23.057,4	23.301,9	21.928,0	18.898,2	19.393,9	18.781,8	19.393,2	19.399,8	19.117,9	18.678,4	19.287,9
Debt Conversion Bond (DCB)	13.735,6	13.345,8	13.317,5	13.458,8	12.665,2	10.915,2	11.201,6	10.848,0	11.201,2	11.138,1	10.976,3	10.723,9	11.073,9
New Money Bond (NMB)	4.924,2	4.784,4	4.774,3	4.824,9	4.540,4	3.612,1	3.706,8	3.589,8	3.706,7	3.708,0	3.654,1	3.272,6	3.379,4
Eligible Interest (EI)	6.279,7	6.101,5	6.088,5	6.153,1	5.790,3	4.277,3	4.389,5	4.251,0	4.389,4	4.390,9	4.327,1	3.523,0	3.638,0
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	137.526,9	135.249,3	135.707,2	137.395,8	127.763,5	109.082,6	116.101,1	115.352,9	118.630,7	117.051,4	118.616,2	120.982,3	125.508,2
Bônus Marco Alemão 2007	1.851,9	1.892,4	1.941,8	1.970,4	1.874,6	1.653,7	1.788,9	1.681,7	1.706,5	1.652,7	1.700,5	1.706,8	1.809,6
Bônus Global 2027	12.727,8	12.366,6	12.340,3	12.471,2	11.735,9	10.114,3	10.379,6	10.052,0	10.379,3	10.382,8	10.231,9	9.996,7	10.322,9
Bônus Euro lira	1.402,9	1.433,6	1.471,0	1.492,6	1.420,1	1.252,8	1.355,2	1.274,0	1.292,7	1.252,0	1.288,2	1.293,0	1.370,8
Bônus Eurosterling 2007	850,3	854,1	871,5	842,3	796,9	693,5	728,5	711,4	717,4	700,5	718,0	729,7	761,9
Bônus Euro 2003	1.811,0	1.759,6	1.898,9	1.926,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2008	1.388,9	1.419,3	1.456,3	1.477,8	1.406,0	1.240,3	1.341,7	1.261,3	1.279,8	1.235,5	1.275,4	1.280,1	1.357,2
Bônus Global 2008	9.091,3	8.833,3	8.814,5	8.908,0	8.382,8	7.224,5	7.414,0	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5
Bônus Global 2004	10.909,5	10.599,9	10.577,4	10.689,6	10.059,3	8.669,4	8.896,8	8.616,0	8.896,5	8.899,5	8.770,2	8.568,6	8.848,2
Bônus Euro 2002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.774,8	1.813,6	1.860,9	1.888,3	1.796,6	1.584,9	1.714,4	1.611,7	1.635,4	1.583,9	1.629,7	1.635,8	1.734,2
Bônus Global 2009	7.273,0	7.066,6	7.051,6	7.126,4	6.706,2	5.779,6	5.931,2	5.744,0	5.931,0	5.933,0	5.846,8	5.712,4	5.898,8
Bônus Euro 2006	2.491,9	2.546,4	2.612,9	2.651,4	2.522,5	2.225,3	2.407,2	2.263,0	2.296,2	2.223,9	2.288,2	2.296,7	2.435,0
Bônus Global 2020	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4
Bônus Euro 2010	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5
Bônus Global 2030	5.818,4	5.653,3	5.641,3	5.701,1	5.365,0	4.623,7	4.745,0	4.595,2	4.744,8	4.677,4	4.677,4	4.569,9	4.719,0
Bônus Samurai 2003	7.701,2	7.728,3	7.636,0	7.830,6	7.375,7	4.850,2	4.961,3	4.795,4	4.912,2	-	-	-	-
Bônus Euro 2005	4.484,0	4.582,1	4.701,7	4.770,9	4.539,1	4.004,2	4.331,5	4.072,0	4.131,9	4.001,7	4.117,4	4.132,8	4.381,6
Bônus Global 2007	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.714,0	4.180,0	4.413,8	4.716,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5
Bônus Global 2040	18.754,6	18.222,3	18.183,6	18.376,5	17.293,0	14.903,6	15.294,5	14.811,8	15.294,0	15.299,2	15.076,9	14.730,3	15.211,0
Bônus Euro 2007	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5
Bônus Samurai 2006	1.777,2	1.783,5	1.762,2	1.807,1	1.702,1	1.455,1	1.488,4	1.438,6	1.473,7	1.514,3	1.537,2	1.581,1	1.612,6
Bônus Global 2006	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4	4.308,0	4.448,3	4.449,8	4.385,1	4.284,3	4.424,1
Bônus Euro 2011	3.621,9	3.701,2	3.797,8	3.853,7	3.666,4	3.234,4	3.498,8	3.289,2	3.337,6	3.232,4	3.325,9	3.338,3	3.539,3
Bônus Global 2024	7.818,5	7.596,6	7.580,5	7.660,9	7.209,2	6.213,1	6.376,0	6.174,8	6.375,8	8.824,5	8.696,2	8.496,3	8.773,6
Bônus Samurai 2007	2.369,6	2.377,9	2.349,5	2.409,4	2.269,5	1.940,1	1.984,5	1.918,2	1.964,9	2.019,1	2.049,6	2.108,2	2.150,2
Bônus Global 2005	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4
Bônus Global 2012	4.545,6	4.416,6	4.407,3	4.454,0	4.191,4	3.612,3	3.707,0	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8
Euro Bond 2009	1.811,0	1.850,6	1.898,9	1.926,9	1.833,2	1.617,2	1.749,4	1.644,6	1.668,8	1.616,2	1.662,9	1.669,1	1.769,6
Bônus Global 2013	-	-	-	-	-	-	-	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8
Bônus Global 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.483,3	3.654,3	3.570,3	3.686,8
Bônus Global 2010	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	7.140,5	7.373,5
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2
V. TOTAL (I+II+III+IV)	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	20,3%	19,5%	19,3%	19,3%	18,1%	15,4%	16,2%	15,8%	15,8%	15,0%	14,8%	14,4%	14,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Nov/2002	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2003
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	832.223,7	840.972,1	872.999,6	888.560,4	898.891,6	899.117,2	923.238,8	935.539,1	960.282,5	969.585,3	991.422,5	1.001.757,7	1.008.973,6
I. Dívida em Mercado	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6	664.970,3	677.827,3	690.957,9	702.513,0
Dívida Securitizada	20.484,0	21.116,1	21.214,9	21.500,7	23.222,3	23.491,1	23.715,4	23.738,1	23.869,8	23.362,8	23.197,7	24.020,9	22.788,7
Certificados de Privatização	7,7	7,5	7,7	7,8	8,0	8,1	8,2	8,4	8,5	8,7	8,8	8,9	8,9
TDA	2.099,8	2.005,1	1.999,9	1.986,8	1.981,1	1.993,1	2.110,1	2.080,0	2.071,7	2.057,3	2.044,0	2.058,5	2.015,1
LTN	27.862,5	13.583,6	12.118,2	12.720,7	15.575,8	12.201,2	21.489,8	29.914,8	43.421,0	51.588,3	63.995,8	70.985,4	85.216,6
LFT	325.000,7	356.026,5	375.453,2	381.234,3	396.819,0	413.909,0	421.656,9	427.736,1	436.437,7	438.867,0	438.764,9	443.403,9	439.395,6
LFT-A	18.444,4	3.209,0	3.248,3	3.283,5	3.318,6	3.353,8	3.393,9	3.430,6	3.475,3	3.509,6	3.540,8	3.570,6	3.589,9
LFT-B	13.528,3	12.735,4	12.752,4	12.620,6	12.254,3	12.410,1	12.178,8	11.781,8	11.631,0	8.422,6	7.855,1	7.507,7	7.455,6
NTN-A	16.663,5	15.924,8	15.918,7	16.112,8	15.148,9	12.952,5	13.319,7	12.927,9	13.374,4	13.406,4	13.194,7	12.772,8	13.216,2
NTN-B	10.189,4	10.698,5	9.347,3	9.745,0	9.851,8	9.979,0	10.838,9	10.862,3	10.933,9	11.055,0	13.643,1	15.618,2	15.765,9
NTN-C	54.934,2	47.229,8	47.877,9	50.031,3	51.907,5	53.177,9	54.257,5	53.870,4	53.259,8	54.280,9	56.636,8	57.837,5	58.810,3
NTN-D	49.128,6	49.893,5	49.610,6	50.150,5	45.973,7	36.875,1	36.331,0	35.626,0	34.528,7	34.510,5	31.397,8	29.651,7	30.655,0
NTN-H	163,4	163,9	164,7	165,4	166,0	166,7	167,5	168,2	169,0	169,8	170,3	170,8	171,2
NTN-I	1.902,6	1.711,8	1.675,4	1.656,9	1.528,2	1.315,5	1.348,2	1.101,7	1.285,1	1.266,3	1.225,8	1.317,4	1.371,2
NTN-P	2.410,4	2.443,6	2.467,4	2.489,7	2.511,5	2.534,2	2.549,0	2.572,3	2.598,8	2.550,2	2.571,2	2.591,9	2.609,3
CFT-A	12.660,9	13.146,1	13.359,9	13.555,2	13.634,5	13.660,7	13.532,5	13.332,5	13.358,8	13.293,4	13.004,2	12.993,3	12.859,9
CFT-D	3.716,6	3.726,6	3.583,5	3.611,6	3.389,1	2.912,6	2.980,6	2.878,3	2.963,5	2.956,0	2.904,5	2.829,5	2.913,0
Demais	3.516,0	3.583,8	4.219,6	3.612,8	3.660,8	3.597,3	3.633,6	3.639,9	3.682,6	3.665,4	3.671,9	3.619,0	3.670,6
II. Dívida com BACEN	269.510,7	283.766,7	297.980,2	304.074,8	297.940,6	294.579,3	299.727,2	299.869,9	303.212,9	304.615,1	313.595,2	310.799,8	306.460,6
LTN	57.491,8	45.725,0	47.916,1	49.501,2	50.997,4	51.231,1	57.278,6	68.076,3	81.984,8	93.211,8	106.034,3	100.576,7	102.217,9
LFT	121.600,7	141.438,1	153.890,7	157.362,6	155.649,7	163.552,9	161.388,1	153.541,5	141.396,4	131.703,1	128.868,7	130.495,7	122.708,0
NTN-D	84.013,0	90.102,1	89.579,1	90.493,4	84.481,3	72.922,5	74.264,8	71.749,2	73.472,7	73.503,0	70.143,3	66.289,6	68.303,7
Demais	6.405,2	6.501,5	6.594,4	6.717,6	6.812,1	6.872,7	6.795,8	6.502,8	6.359,0	6.197,2	8.548,9	13.437,8	13.230,9
Dívida em Mercado/PIB	42,4%	41,4%	42,3%	42,7%	43,8%	44,0%	45,3%	46,1%	46,6%	46,1%	45,9%	45,7%	45,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Nov/2002	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2003
I. INTERNA	-109.023,6	-110.307,8	-115.124,5	-116.798,7	-119.231,5	-119.722,6	-120.734,4	-120.119,7	-123.144,7	-125.064,6	-124.889,8	-126.640,7	-128.016,1
Dívida contratual	812,9	864,9	844,8	852,9	812,4	727,6	732,4	691,9	705,8	704,3	701,8	689,1	709,5
FAT	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.015,9	-87.148,3	-88.070,8
Aplicações financeiras	-3.330,1	-3.490,4	-3.588,2	-3.689,2	-4.007,2	-4.309,7	-4.131,7	-4.316,5	-4.365,7	-4.577,3	-4.524,4	-4.764,2	-4.601,1
Fundos Regionais	-20.025,3	-20.362,3	-20.503,3	-20.625,1	-21.373,1	-21.511,8	-21.989,5	-22.182,4	-23.086,9	-23.532,7	-23.889,2	-24.157,2	-24.595,9
Demais	-7.731,8	-8.126,1	-10.452,6	-10.845,7	-10.865,5	-11.117,9	-11.033,7	-11.124,2	-11.292,0	-11.425,6	-11.162,0	-11.260,2	-11.457,7
II. EXTERNA	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2
Disponibilidades	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-110.272,1	-111.398,8	-116.234,7	-117.935,8	-120.358,9	-120.769,9	-121.703,2	-121.125,4	-124.086,6	-126.038,6	-125.836,2	-127.557,4	-128.930,3
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,3%	-8,3%	-8,5%	-8,6%	-8,8%	-8,8%	-8,8%	-8,8%	-8,8%	-8,7%	-8,5%	-8,4%	-8,3%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

No mês de novembro de 2003, os repasses dos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram crescimento nominal de 12,8% em relação às transferências ocorridas no mês de outubro, superando a previsão inicial que indicava incremento de 10%.

De janeiro a novembro de 2003, foram distribuídos a título de FPE/FPM, R\$ 40,5 bilhões contra R\$ 39,1 bilhões no mesmo período do ano de 2002, não excluída a parcela de 15% para o FUNDEF, com crescimento nominal de 3,6% (três virgula seis por cento).

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar:

-> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023 e da central da telefonica (61)481-8000.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL%		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/03 OUT/03	NOV/03 NOV/02	JAN A NOV/03 JAN A NOV/02
2002	1.909,0	2.176,5	19.976,6	-	-	-
2003	1.916,5	1.698,9	20.705,3	+12,8%	+0,4%	+3,6%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL%		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/03 OUT/03	NOV/03 NOV/02	JAN A NOV/03 JAN A NOV/02
2002	1.824,2	2.079,7	19.088,8	-	-	-
2003	1.831,3	1.623,4	19.785,0	+12,8%	+0,4%	+3,6%

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

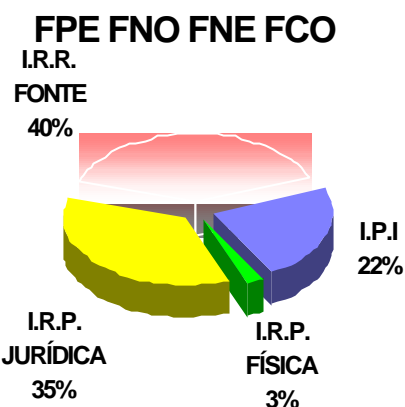
De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **novembro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/11, 20/11 e 28/11**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
NOV	+10,0 %	+12,8 %	+10,0 %	+12,8 %	-1,0 %	+4,4 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **novembro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

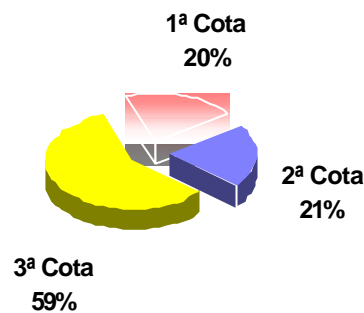
BASE DE CÁLCULO DO FPM



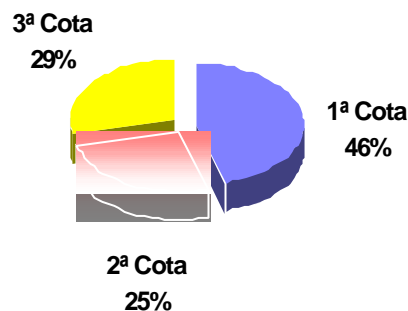
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de outubro a 20 de novembro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Out	427,2	4.595,1	5.022,3						
NOV/2003	1.669,9	6.694,4	8.364,4	NOV/2003	8.517,8	1.556,6	1.629,0	137,3	586,4
1º Dec./Nov	766,6	945,3	1.711,9	3º Dec./Out	5.022,3	917,8	960,5	36,3	337,9
2º Dec./Nov	421,1	1.362,5	1.783,6	1º Dec./Nov.	1.711,9	312,9	327,4	65,2	124,5
3º Dec./Nov	482,2	4.386,6	4.868,8	2º Dec./Nov.	1.783,6	326,0	341,1	35,8	124,0

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	8.952,50	53.252,17	10,34	11.015,43
AL	38.646,20	64.757,19	339,04	18.642,65
AM	22.776,76	43.436,08	4.716,56	12.919,00
AP	6.159,88	53.112,07	15,14	10.624,57
BA	147.569,56	146.263,66	7.146,61	66.501,98
CE	85.159,01	114.208,07	1.728,99	36.137,28
DF	3.491,68	10.743,83	4,13	2.835,89
ES	28.833,49	23.349,39	5.291,20	11.843,15
GO	59.800,66	44.256,43	1.191,92	19.105,77
MA	65.636,20	112.360,36	1.261,64	49.321,73
MG	212.279,22	69.339,89	15.667,36	57.609,83
MS	24.772,02	20.734,25	1.015,25	8.702,19
MT	30.978,98	35.925,36	1.000,79	12.757,48
PA	58.856,06	95.140,96	5.911,44	38.352,72
PB	52.570,63	74.545,25	490,20	22.633,40
PE	82.957,22	107.410,29	921,27	32.409,68
PI	40.364,16	67.268,02	92,08	21.313,55
PR	110.333,78	44.880,63	15.293,49	34.111,62
RJ	48.099,87	23.780,57	10.641,31	16.902,26
RN	40.325,87	65.034,26	496,15	18.824,97
RO	14.706,09	43.828,35	173,15	10.459,64
RR	7.761,30	38.615,21	15,34	8.202,05
RS	110.287,38	36.655,42	22.269,97	33.840,26
SC	63.593,25	19.921,70	14.047,08	18.649,41
SE	24.868,93	64.682,47	68,81	15.915,25
SP	216.687,76	15.566,26	27.453,41	57.478,89
TO	24.797,44	67.557,56	4,40	16.330,11
TOTAL	1.631.265,90	1.556.625,69	137.267,06	663.440,78

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Dez/Nov	Jan/Dez	Fev/Jan
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	+10,3 %	+5,9 %	-20,0 %
IPI-EXP	-1,8 %	+3,1 %	-20,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Fev/2003	25/03/03	Jun/2003	31/07/03
Mar/2003	28/04/03	Jul/2003	21/08/03
Abr/2003	27/05/03	Ago/2003	30/09/03
Mai/2003	24/06/03	Set/2003	13/11/03
Jan a Jun/03	31/07/03		

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em novembro de 2003, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.127,1 milhões contra R\$ 2.023,9 milhões no mês de outubro, com crescimento nominal de 5,1 % (cinco virgula um por cento).

Contribuíram para esse incremento o bom comportamento das transferências dos Fundos de Participação (FPE/FPM) e a parcela da complementação da União do mês de outubro creditada em novembro.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições de cédulas das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar:

-> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Origens	R\$ Mil				
	outubro	Partic.	novembro	Partic.	Nov/ Out
FPM	256.053,7	12,7%	285.236,3	13,4%	11,4%
FPE	246.595,8	12,2%	274.698,7	12,9%	11,4%
IPI-EXP	23.650,4	1,2%	24.223,6	1,1%	2,4%
LC 87/96					
LC 102/00	39.782,7	2,0%	39.782,7	1,9%	0,0%
Compl. União	0,0	0,0%	39.499,5	1,9%	-
ICMS	1.457.901,1	72,0%	1.463.698,9	68,8%	0,4%
Total	2.023.983,7	100%	2.127.139,7	100%	5,1%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3116/3118 Fax: (61) 412. 1559
Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

PORTARIA DE AJUSTE DO FUNDEF DO EXERCÍCIO DE 2002

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF

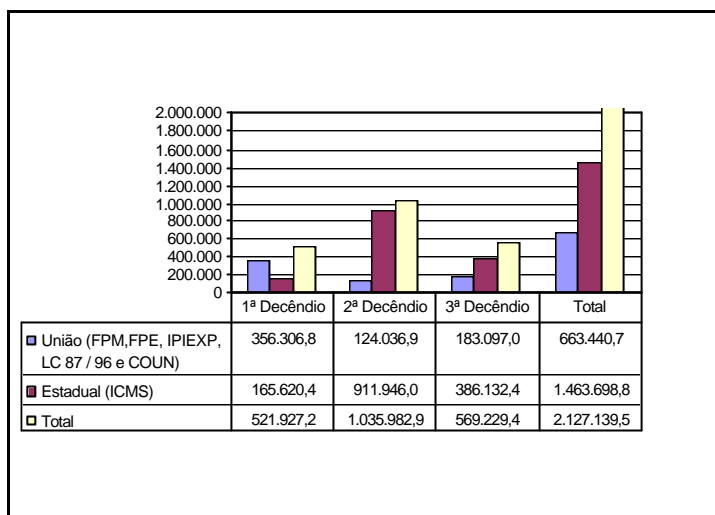
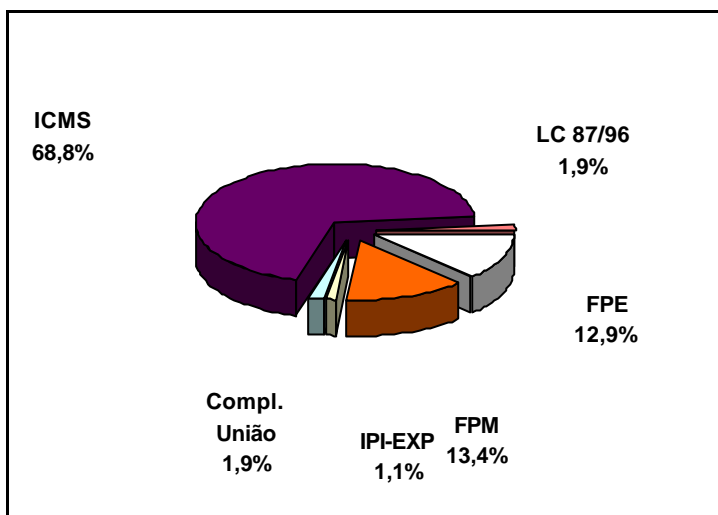
AJUSTE DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO RELATIVO AO ANO DE 2002

UF	Nº DE ALUNOS (A)	Nº DE ALUNOS 1ª A 4ª (B)	Nº DE ALUNOS 5ª A 8ª (C)	VALOR MÍNIMO (D = B x R\$ 418,00 + C x R\$ 438,90)	FPM (-15%) (E)	FPE (-15%) (F)	IPI-EXP (-15%) (G)	L.C. 87 (-15%) (H)	ARREC. ICMS (BALANÇO) (I)-(L)	ICMS (2) 15% (I)	TOTAL RECEITAS (K)	DIFER. (L)	COMPLEMENTAÇÃO		AJUSTE DA COMPLEM. (O)=(M)-(N)
													DEVIDA (M)	REALIZADA (3)-(N)	
BA	3.523	2.138	1.385	1.501.670	297.059	294.200	16.477	22.036	5.066.088	759.913	1.389.686	(111.984)	(111.984)	173.887	(61.903)
MA	1.532	1.009	523	651.300	132.317	226.005	3.378	9.953	897.073	134.561	506.215	(145.085)	(145.085)	148.426	(3.341)
PA	1.543	1.104	439	654.198	118.866	191.370	13.520	25.872	1.718.283	257.742	607.371	(46.827)	(46.827)	71.670	(24.844)
PI	746	496	250	316.880	81.221	135.305	330	1.788	544.038	81.606	300.251	(16.630)	(16.630)	27.821	(11.191)
TOT	7.344	4.747	2.597	3.124.048	629.463	846.880	33.706	59.650	8.225.482	1.233.822	2.803.522	(320.526)	(320.526)	421.804	(101.279)
A CRÉDITO															
A DÉBITO															(101.279)

OBS: 1. Na apuração da arrecadação do ICMS foram considerados os seguintes itens de receita: Piauí: Principal e Receita da Dívida Ativa; Pará: Principal, Receita da Dívida Ativa e Multas/Juros; Maranhão: Principal; Bahia: Principal, Multas/Juros, multa da Dívida Ativa e Receita da Dívida Ativa do ICMS. 2. A coluna ICMS corresponde a 15% da arrecadação do ICMS constante do Balanço dos Estados. 3. Complementação da União de acordo com a Portaria MF nº 27, de 30.01.2002. Não está incluído o ajuste referente ao exercício de 2002, conforme Portaria nº 252, de 29/09/2003.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - NOVEMBRO/2003 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	9.397	1.580	2	0	36	2.740	13.755	96,6	1.034,0
AL	674.791	11.428	6.820	60	0	335	10.120	28.762	42,6	452,0
AM	698.347	7.665	4.019	832	0	402	29.282	42.201	60,4	632,6
AP	122.638	9.373	1.087	3	0	162	2.182	12.806	104,4	1.104,4
BA	3.440.155	25.811	26.042	1.261	11.905	1.483	71.271	137.773	40,0	421,1
CE	1.666.055	20.154	15.028	305	0	650	15.815	51.952	31,2	456,4
DF(2)	304.072	1.896	616	1	0	323	0	2.836	9,3	101,2
ES	517.896	4.120	5.088	934	0	1.701	32.069	43.912	84,8	892,8
GO	992.400	7.810	10.553	210	0	532	48.831	67.937	68,5	701,7
MA	1.529.025	19.828	11.583	223	17.018	670	10.677	59.999	39,2	391,2
MG	3.308.674	12.236	37.461	2.765	0	5.148	148.212	205.822	62,2	658,9
MS	447.658	3.659	4.372	179	0	493	20.047	28.749	64,2	719,0
MT	567.420	6.340	5.467	177	0	774	35.869	48.627	85,7	811,9
PA	1.559.147	16.790	10.386	1.043	8.393	1.741	28.856	67.209	43,1	432,6
PB	794.932	13.155	9.277	87	0	115	12.434	35.067	44,1	485,7
PE	1.577.542	18.955	12.755	163	0	538	38.563	70.972	45,0	473,6
PI	730.910	11.871	7.123	16	2.183	120	8.201	29.515	40,4	418,1
PR	1.573.023	7.920	19.471	2.699	0	4.022	90.785	124.896	79,4	829,6
RJ	2.011.227	4.197	8.488	1.878	0	2.340	131.270	148.172	73,7	850,7
RN	567.686	11.477	7.116	88	0	144	15.332	34.156	60,2	638,8
RO	299.607	7.734	2.595	31	0	99	11.780	22.239	74,2	774,5
RR	74.129	6.814	1.370	3	0	15	1.653	9.855	132,9	1.462,7
RS	1.579.414	6.469	19.435	3.930	0	4.006	105.427	139.267	88,2	1.003,7
SC	887.879	3.516	11.222	2.479	0	1.433	58.331	76.981	86,7	952,0
SE	389.133	11.415	4.389	12	0	100	10.821	26.736	68,7	707,0
SP	5.244.645	2.747	37.517	4.845	0	12.370	515.832	573.311	109,3	1.141,8
TO	279.768	11.922	4.376	1	0	31	7.301	23.631	84,5	878,1
Total	31.980.507	274.699	285.236	24.224	39.500	39.783	1.463.699	2.127.140	66,5	711,7

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.